Trabalho apresentado no 13º CBCENF

Título: O CONTROLE SOCIAL NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE COMO FERRAMENTA DE CIDADANIA

Relatoria: MARIA NATÁLIA LEITE DANTAS

Autores: Jadna Mony Gregório Freitas
Patrícia Kelly Lopes Angelim
Gildênia Flávia Sampaio Matias
Dallyane Mikaelle Gondim Matias

Modalidade: Comunicação coordenada

Área: Autoridade, poder e cidadania

Tipo: Pesquisa

Resumo:

O controle social como espaço político-democrático de representação social dos interesses comuns determina um conjunto de regras e princípios, pelas quais a sociedade direciona as relações e o comportamento humano. O homem é um ser social, dinâmico. Os enfermeiros, principalmente os inseridos na atenção básica, têm um papel articulador nessas relações, graças ao vínculo com a comunidade e às funções inerentes ao enfermeiro de participar politicamente, educar, gerenciar, cuidar e pesquisar. A cultura de não participar, o conformismo, o medo de discriminação e a falta de conhecimento são fatores que interferem na cidadania exercida pelos usuários. Os trabalhadores também não estão preparados para essa participação e reconhecem que deveriam informar mais a respeito dos conselhos e dos direitos dos usuários. Esses fatores são reflexo de uma profissão historicamente marginalizada do processo de decisão política. Essa realidade precisa ser mudada para que o enfermeiro possa ser um propagador da participação cidadã. A pesquisa objetiva identificar novos rumos e necessidades para a efetivação do Controle Social como ferramenta de fortalecimento da cidadania pelo enfermeiro. Trata-se de um estudo qualitativo, de revisão de literatura. A coleta de dados ocorreu através das bases SCIELO e BVS com as palavras-chaves controle social, participação comunitária, política de saúde, cidadania. Foram incluídos artigos em português dos últimos dez anos. Foram analisados nove artigos através de revisão integrativa. Adotou-se a normatização Vancouver. Inferiu-se assim que, o Controle Social enquanto espaço democrático, com representação equitária, é um espaço rico e idealizador de mudanças na condição de vida e saúde. Esse diálogo precisa ser efetivo e constante. Foram destacadas pelos profissionais a não participação dos representantes comunitários no planejamento das ações e na avaliação dos serviços prestados. Por outro lado, apontaram como avanços a proposição e intervenção nos problemas gerais e a presença dos conselhos locais de saúde como instrumento para construção de novas formas de trabalho, organização e mobilização, não apenas na área da saúde. A participação popular é uma constante construção pelos usuários e gestão do SUS e pelos trabalhadores que intermeiam essa relação. Novas formas de participação devem ser buscadas a cada dia para fortalecimento da cidadania.